



FACULDADE DE TECNOLOGIA, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO

Graduação

GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

Relações de gênero no contexto escolar

Monique Gennari Amadeu
Vivian Bonani de Souza Girotti (Orientadora)

RESUMO

As relações de gênero se mostram a cada dia, um assunto delicado a ser discutido, principalmente, no contexto escolar. Deste modo, o estudo presente enfatiza a identificação das características de como acontece a construção da identidade de gênero, a fim de abrir novos caminhos para superação do preconceito começando pelo contexto escolar. Com isso, buscou-se verificar através de uma pesquisa bibliográfica o conceito de identidade de gênero, definições do conceito de sexo, gênero e expressão de gênero, diferenças entre identidade de gênero e orientação sexual; em seguida o papel da escola e as relações de gênero, bem como, a interferência do Estado na educação sexual; assim como, os efeitos causados pela discriminação as diferentes identidades de gênero. Nesse sentido, a presente pesquisa resultou na importância da ação pedagógica em relação ao preconceito, ao tratar das relações de gênero no contexto escolar.

Palavras-chave: Questões de Gênero. Escola. Preconceitos.

ABSTRACT

Gender relations show themselves to be a delicate subject to be discussed, especially in the school context. Thus, the present study emphasizes the identification of the characteristics of how gender identity construction works, in order to open new avenues for overcoming prejudice, beginning with the school context. With this, we sought to verify through a bibliographical research the concept of gender identity, definitions of the concept of sex, gender and gender expression, differences between gender identity and sexual orientation; then the

role of the school and gender relations, as well as state interference in sex education; as well as the effects caused by the discrimination of different gender identities. In this sense, the present research has resulted in the importance of pedagogical action in relation to prejudice, when dealing with gender relations in the school context

Keywords: Gender Issues. School. Prejudices

Introdução

O período escolar é marcado por momentos de muitas experiências para as crianças e adolescentes. É nele que os jovens entram em contato, pela primeira vez, com grupos de pessoas que estão fora do seu núcleo família. Por esse motivo, a compreensão das questões de gênero nas escolas é importante, já que carrega consigo a prática da cidadania em relação à igualdade entre homens e mulheres.

Interpreta-se o significado da palavra sexo em diferentes compreensões, alguns diriam o significado da palavra sexo pela relação sexual de dois corpos, já outros, pela diferenciação desses corpos, sendo eles masculinos ou femininos, para o Congresso Nacional de Educação (III CONEDU) sexo se refere aos órgãos reprodutores e as características físicas que uma pessoa possui.

No entanto, o que determina a personalidade de um homem ou uma mulher está enraizado na compreensão conservadora da sociedade e do Sistema Educacional Brasileiro.

Segundo Bauman (2005) citado por Carvalho (2012) a escola em si é um lugar rico em transmissão de cultura, bem como, é responsável em produzir diversas práticas sociais no sentido de ser um fio condutor que orienta, une e demonstra todas as referências que as crianças e os adolescentes usam para a construção de sua identidade.

Portanto, entre as várias identidades construídas pelas crianças uma delas é a identidade de gênero que ocupa um lugar central de acordo com Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998), em vista disso a criança é “um ser social que nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas.” (RCNEI, 1998, p. 21). Sendo assim, a escola principalmente no ensino infantil proporciona vínculos, na qual acontece a

interação de pessoas por meio da oposição, apropriação da imagem corporal, linguagem, imitação e o faz de conta.

Os conteúdos escolhidos a serem trabalhados através do currículo educacional não só ordena os comportamentos dos alunos, mas também classifica e reprime aqueles de acordo com sua concepção não é classificada como normal, assim como, o papel da escola como instituidora de identidades, na qual é construído por meio das relações interpessoais e de seus métodos de ensino transmitido pelo sistema educacional.

Assim sendo, são importantes pesquisas sobre esse tema, uma vez que, há muito preconceito quando se trata de identidade de gênero, em razão da dificuldade a compreensão sobre o assunto e pelas suas diferentes concepções.

Sendo assim, este artigo teve como objetivo identificar as características de como acontece a construção da identidade de gênero a fim de abrir novos caminhos para o trabalho do tema no contexto escolar. Com isso, buscou-se verificar através de uma investigação na literatura o conceito de identidade de gênero, definições do conceito de sexo, gênero e expressão de gênero, diferenças entre identidade de gênero e orientação sexual. Foi realizada também uma investigação sobre o papel da escola na discussão das relações de gênero, bem como, a interferência do Estado na educação sexual; e por fim, discutiu-se os efeitos causados pela discriminação das diferentes identidades de gênero.

1 Conceitos importantes para a compreensão da identidade de gênero

Ao apresentar do conceito de identidade de gênero, torna-se importante conceituar o que é gênero. Há diferentes entendimentos quando o termo gênero é referido e para muitas pessoas, o conceito pode ser confundido com o conceito de sexo, sendo assim, apresenta-se a seguir, o que significa cada conceito.

1.1 Definição do conceito de sexo, gênero e expressão de gênero.

Interpreta-se o significado da palavra sexo em diferentes compreensões, alguns diriam o significado da palavra sexo pela relação sexual de dois corpos, já outros, pela diferenciação desses corpos, sendo eles masculinos ou

femininos, para o Congresso Nacional de Educação (III CONEDU) sexo se refere aos órgãos reprodutores e as características físicas que uma pessoa possui.

Conforme afirma Jesus (2012) a identificação do ser biológico é constatada através dos níveis hormonais, órgãos genitais e características dos cromossomos separados por pessoas dos aspectos machos e fêmeas. Essa seria a compreensão do conceito de sexo. No entanto, o que estabelece o sexo de uma determinada pessoa para a ciência é a particularidade de células reprodutivas, limitando apenas o sexo masculino em alguns aspectos e o sexo feminino em outros aspectos, sendo visivelmente diferentes um do outro e consequentemente tendo funções distintas (JESUS, 2012).

Isso não indica tais comportamentos específicos para ambos os sexos biológicos, o que define o comportamento é a cultura na qual o indivíduo está inserido. Há culturas que não distingue as pessoas pelo seu órgão genital, ou seja, ser homem ou mulher não interfere no modo em que a pessoa deverá agir ou se comportar a frente da sociedade (JESUS, 2012).

O gênero não se trata do aspecto físico de uma pessoa como o sexo, nesse sentido Júnior e Araújo (2016) afirmam que:

Por ser uma construção social, as concepções de gênero ditam as formas como o homem e mulher – assim como menino e menina – devem se comportar e se relacionar entre si. Já o papel social é uma das características atribuídas aos sujeitos em função de seu gênero, seja ele masculino ou feminino.

Contudo, Jesus (2012) afirma que a definição de gênero se dá pela identificação pessoal, na qual é construída a partir da convivência social independente dessa pessoa ser homem ou mulher (no sentido biológico), ou seja, quando ocorre discordância em relação a si própria, pode significar a questão de identidade, isto é, a pessoa não se reconhece através de seu corpo, se sente presa ou fantasiada diferente da homossexualidade.

Já a expressão de gênero é a maneira na qual a pessoa se expressa através de sua aparência e comportamento, certamente se diferencia dependendo da cultura que vive. Para Kurpe, Gagliotto e Couss (2017):

A expressão de gênero, consiste em demonstrar o feminino ou o masculino perante a sociedade, assumindo posturas que os estereótipos representam como, por exemplo, usar maquiagem, ter pudor ao andar e falar, brincar de coisas que “treinem” a maternidade e os serviços domésticos, que são atribuídos ao gênero feminino, e o incentivo à agressividade, aos esportes, à

liberdade de brincar de carrinho e às competições, que são atribuídas ao gênero masculino.

O conceito de identidade de gênero segundo Bourdieu (1999) citado por Carvalho (2012) é construído através da cultura em que o indivíduo vive, ou seja, trata-se de uma construção social, aprendido conforme sua cultura. A masculinidade e a feminilidade são comportamentos que vão determinar os papéis dos gêneros já estimados pela sociedade.

Para o psiquiatra Saadeh (2016) a construção da identidade de gênero não se dá apenas no contexto social e acontece desde o período do desenvolvimento embrionário, se relacionando aos aspectos biológicos.

No desenvolvimento do embrião humano que por volta da décima semana de gestação está sendo formada a genitália e enquanto isso o cérebro está em processo de desenvolvimento, só sendo formada a parte do cérebro responsável pela identidade de gênero por volta da vigésima semana, podendo nascer uma criança com a genitália masculina e o cérebro feminino ou nascer com a genitália feminina com o cérebro estruturado como masculino (SAADEH, 2016).

Nesse sentido, há pessoas transgêneros e cisgêneros as quais se distinguem pelo fato de se identificarem ou não em relação ao seu sexo biológico; pessoas cisgêneros se identificam com o sexo atribuído ao nascer e pessoas transgêneros não se identificam com o sexo atribuído ao nascer.

Além disso, a compreensão sobre identidade de gênero e sobre orientação sexual tem um entendimento diferente por suas particularidades no processo de formação do ser humano.

De acordo com Jesus (2012) uma pessoa que seja trans não necessariamente deve ser homossexual, bissexual ou heterossexual, isso faz parte de sua orientação sexual que se refere pela atração afetiva e sexual por determinado gênero. Portanto, a orientação sexual é determinada pela autopercepção do indivíduo, ou seja, por quem essa pessoa se sente atraída sexualmente. A orientação pode ser considerada:

- Homossexualidade: tem atração afetiva e sexual por indivíduos do mesmo sexo.
- Heterossexualidade: tem atração afetiva e sexual por indivíduos do sexo oposto.

- Bissexualidade: tem atração por pessoas do mesmo sexo e do sexo oposto.
- Assexualidade: seriam pessoas que não sente atração sexual por nenhum gênero.

Abaixo segue uma figura (FIGURA 1) que apresenta um resumo bastante didático que busca diferencia os conceitos apresentados até o momento.

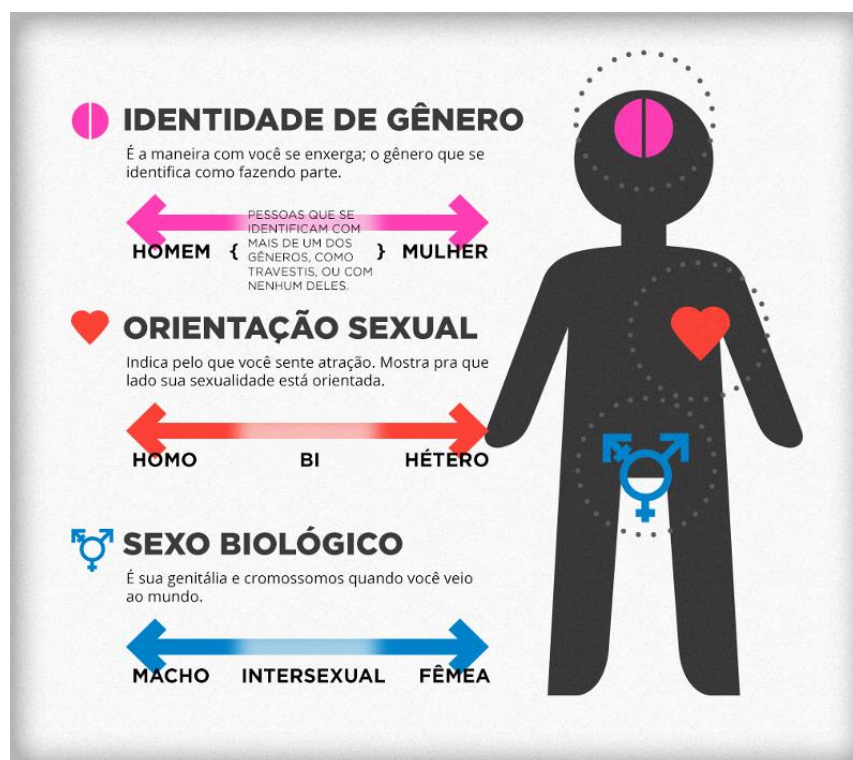


Figura1: Autores Diversos 28/07/2015

2 O papel da escola e as relações de gênero

O período escolar é marcado por momentos de muitas experiências para as crianças e adolescentes. É nele que os jovens entram em contato, pela primeira vez, com grupos de pessoas que estão fora do seu núcleo família. Por esse motivo, a compreensão das questões de gênero nas escolas é importante, já que carrega consigo a prática da cidadania em relação à igualdade entre homens e mulheres.

Além disso, meninos e meninas convivem diariamente e realizam atividades juntos. Nesse momento, as diferenças de gênero aparecem através das cores nas carteiras, nas quais definem o sexo como masculino ou feminino,

outro exemplo, é nas aulas de educação física em que o professor separa grupos de meninas e meninos para determinada atividade entre outras circunstâncias que podem acontecer em ambiente escolar.

Nesse sentido, Auad (2006), citada por Lima (2010) afirma que a escola mista (mistura de meninos e meninas na sala de aula) como objetivo central de seu pensamento, muitas vezes, determina a organização das atividades e conteúdos trabalhados em sala de aula, sem levar em conta o sexo ou gênero do educando, porém em prática não é o que realmente acontece, dependendo do conteúdo a escola em conflito com a sociedade, leva alguns aspectos do comportamento da criança como masculino e feminino.

Pode-se afirmar que essa construção se impõe desde que os seres humanos se formam na barriga de sua mãe. A sociedade como um todo tende a construir característica referente ao sexo biológico, por exemplo, se o indivíduo nascer com a genitália feminina provavelmente esse bebê terá seu quarto rosa, cheio de bonecas e roupinhas que demonstra a pureza e a delicadeza que uma mulher deveria ter a fim de se tornar uma boa mãe, já se nascer com a genitália masculina, o bebê terá, provavelmente, seu quarto azul com carrinhos e sempre sendo apoiado a se tornar um homem forte, na qual seu objetivo é proteger, e ser visto como o responsável em guiar seu lar e sua família. Diante disso, as escolas em relação à educação dos alunos levam adiante esse raciocínio.

Segundo Bauman (2005) citado por Carvalho (2012) a escola em si é um lugar rico em transmitir cultura, bem como é responsável em produzir diversas práticas sociais no sentido de ser um fio condutor que orienta, une e demonstra todas às referências que as crianças e os adolescentes usam para a construção de sua identidade.

Para Louro (1999) citado por Carvalho (2012)

[...] são muitas as identidades que os alunos podem construir no espaço escolar, podendo ser provisórias, descartáveis, rejeitadas e abandonadas. São eles, desse modo, sujeitos de identidades transitórias e contingentes e, “nada proíbe pensar que diferentes quadros identitários se imbricam uns aos outros, a fim de contribuir para o sentimento de identidade” (DESCHAMPS; MOLINER, 2009, p.147)

Portanto, entre as várias identidades construídas pelas crianças uma delas é a identidade de gênero que ocupa um lugar central de acordo com Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), em vista disso

a criança é “um ser social que nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas.” (RCNEI, 1998, p. 21). Sendo assim, a escola principalmente no ensino infantil proporciona vínculos, na qual acontece a interação de pessoas por meio da oposição, apropriação da imagem corporal, linguagem, imitação e o faz de conta.

Existem diversos tipos de preconceitos, alguns diante dos mais conhecidos é o racismo, que se refere ao preconceito de uma determinada raça, principalmente por pessoas negras, assim como, a homofobia, transfobia e bifobia de caráter sexual preconceito por pessoas homossexuais, transexuais ou bissexuais, bem como, o machismo/sexismo que se refere ao preconceito contra mulheres.

Nesse sentido, as crianças estão passando por uma descoberta interpessoal e intrapessoal, na qual essas questões tramitam em seus pensamentos. A sociedade brasileira se dividiu entre vítimas, preconceituosos e indiferentes sem demonstrar compaixão ao próximo.

É comum algumas pessoas pensarem que a discussão sobre gênero na escola seja uma afronta aos pensamentos conservadores e tradicionais, porém o que se vê no dia a dia reflete-se a questão de saúde pública, em que a escola se torna um espaço de discussão de todas e quaisquer informações que inclua pessoas das quais são julgadas “diferentes” por sua maneira de se vestir, agir, ou pela sua cor de pele, etnia e religião.

Mas por que seria uma questão de saúde pública? Essa questão pode ser considerada, pois ainda são muitos os desafios encontrados, como por exemplo, os preconceitos que existem em torno dessas diferenças individuais. Há muitos casos de preconceitos na escola relacionados às questões de orientação sexual, havendo consequência graves em termos psicológicos e físicos desses indivíduos. De acordo com Simoni (2015) 8.283 estudantes de 15 á 29 anos entrevistados responderam a seguinte pergunta:

[...] “Qual pessoa você não gostaria de ter como colega de classe?” obteve os seguintes resultados: 19,2% têm preconceito em relação à orientação sexual, 7,1% afirmam que não gostariam de estudar com travestis e 5,3% rejeitam colegas homossexuais. Essa pesquisa deixa explícita a ideia de que dentro da escola existe preconceito entre os/as estudantes.

Segundo Natarelli et al(2015) no Brasil os adolescentes muitas vezes tem uma autopercepção negativa, na qual se omitem de hábitos saudáveis em que se produzem pensamentos ruins como suicídio, um dos motivos é o fato de conviver com situações e manifestações homofóbicas que causam graves perturbações à saúde física e mental. Afirmam também que os profissionais da saúde tratam os casos de maneira homofóbica em relação a como se dirigir a pessoa que precisa do atendimento.

De acordo com uma pesquisa, realizada com os participantes da Parada do Orgulho, acerca da violência sofrida, dentre os 320 entrevistados, 40% declararam a ocorrência de situações de discriminação verbal na escola ou faculdade ao longo da vida. Pouco mais da metade do conjunto que foi entrevistado relatou ter vivido situações em que eles mesmos ou colegas muito próximos foram colocados no lugar de "bicha" ou de "sapatão" na infância ou no início da adolescência¹⁴. (NATARELLI et al 2015, p. 668).

Diante dessa realidade pode-se concluir que o preconceito pode ser um dos grandes motivos pela evasão escolar, já que em meio a isso essas pessoas se sentem marginalizadas e acreditam realmente que são diferentes e não merecem estar no mesmo ambiente que os outros, sem tirar por muitas vezes são vítimas de violências físicas e verbais.

Além disso, mesmo quando não ocasiona violência, essas pessoas por não terem informações sobre a modificação de seu corpo podem também sofrer diversos problemas em relação a sua saúde. Sendo assim, a escola tem o dever de discutir com seus alunos a questão da diversidade, alertando o porquê devemos respeitar a todos.

Segundo Louro (2003) e Meyer (2003) citado por Maia, Navarro e Maia (2011), a escola é o principal ambiente que se produz as concepções da sexualidade e gênero, no entanto, o que determina a personalidade de um homem ou uma mulher está enraizado na compreensão conservadora da sociedade e do Sistema Educacional Brasileiro.

Em vista disso, os conteúdos escolhidos a serem trabalhados através do currículo educacional não só ordena os comportamentos dos alunos, mas também classifica e reprime aqueles de acordo com sua concepção não é classificada como normal, assim como, o papel da escola como instituidora de

identidades, na qual é construído por meio das relações interpessoais e de seus métodos de ensino transmitido pelo sistema educacional.

Nota-se que uma educação liderada por uma doutrina sexista pode gerar diversos sofrimentos pela não aceitação da conduta social de cada indivíduo, podendo levar ao fracasso escolar.

Para Carvalho (2003) há diversas justificativas pelo fracasso escolar de meninos e meninas, no caso dos meninos muitos são levados ao fracasso pelo fato de terem que trabalhar muito jovens e as meninas por terem responsabilidades domésticas pequenas de mais. Além dos comportamentos serem diferentes entre meninos e meninas, explica-se como desde pequenos os meninos são mais agitados e agressivos por criação já as meninas são educadas a serem obedientes calmas e responsáveis. Portanto, no ambiente escolar, um menino ser elogiado por sua professora é considerado “bicha” ou “menininha” o que leva a afirmar sua masculinidade recorrendo ao não desempenho e indisciplina escolar.

De acordo com Louro (2003) e Toscano (2000) citado ainda Maia, Navarro e Maia (2011) o processo pedagógico determina as relações interpessoais entre alunos, pais, professores e funcionários que pode intervir nas questões de gêneros, uma delas pode significar as diferenças de meninos e meninas gerados nas atividades realizadas nas aulas de educação física, bem como, os brinquedos que são oferecidos às meninas que propõem uma interação doméstica e aos meninos brincadeiras que desafiam sua força e seu raciocínio, talvez sendo por isso os meninos se promoverem tão bem em estudos e profissões relacionados à matemática.

Maia, Navarro e Maia (2011) afirmam que a discriminação e as ações sexistas nem sempre são de total culpa dos professores, mas sim pelo fato da formação não exemplificada sobre questões de sexualidade que envolve uma série de valores já estruturados por nossa cultura que se torna incontestáveis. Portanto, todos seus valores e concepções ao conduzirem o método de ensino transmitirá a aprendizagem através de sua práxis educativa.

Segundo Vigotski (1998) citado por Rabello e Passos (200-?) o desenvolvimento de cada pessoa se dá pela interação do sujeito com o meio, ou seja, a cultura é feita pelos indivíduos ao mesmo tempo em que os indivíduos constroem a cultura, desenvolvendo assim o indivíduo. Na escola temos a

reprodução dos padrões comportamentais presentes em uma cultura, portanto, os professores reproduzem o sexismo em sala de aula porque ele é presente na sociedade.

2.1 Como os professores têm trabalhado as questões de gênero em sala de aula

Os professores do Sistema Educacional do Brasil se deparam com a inexperiência em relação a assuntos de gênero e sexualidade, sem preparo, enfrentam enigmas dos comportamentos masculinos e femininos, classificando e discriminando seus alunos sem mesmo perceber.

Diante disso, o sistema educacional brasileiro mostra apenas as questões sobre gênero e orientação sexual como temas transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais trazendo desafios para os professores considerados desconhecedores no assunto, já que não lidam somente com conhecimentos específicos, mas também diversas culturas familiares e sociais (JUSTINO, SILVA; BARROS, 2016).

De acordo com Ribeiro (2012), a Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo apresentou cursos para professores em que a formação era sobre temáticas equivalentes a sexualidade e gênero, no entanto, esses cursos eram voltados a valores conservadores como de relações heterossexuais, discriminando aqueles que não faziam parte de convicções tradicionais. Ribeiro (2012, p. 5) ainda diz que:

Conforme informações contidas nos Cadernos Secad, 2007 (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação), o grau de envolvimento dos movimentos sociais nas temáticas de gênero e diversidade na escola é intenso e, em muitos casos, bastante especializado, tendo em vista que discriminação, racismo, sexismo, homofobia, miséria, fome e das diversas formas de violência presentes na sociedade brasileira foi protagonizado, por muito tempo, por tais movimentos.

A grande maioria das escolas não disponibilizam cursos para as formações de professores, em relação à sexualidade e gênero, portanto, a prática docente se encontra prejudicada diante do assunto. Nesse sentido, Justino, Silva e Barros (2016) apresentaram um relato de experiência na prática

docente, que aconteceu na Escola Municipal de Ensino Fundamental João Francisco dos Santos – Gurinhém, Sítio Buenos Aires- zona rural, onde a professora se deparou com a classificação de meninos e meninas, em que a sexualidade era muito presente em questões relativas a brincadeiras, jogos, cores e principalmente a separação dos gêneros pedida pelas mães nas quais não queriam seus filhos (as) perto de outra criança do sexo oposto.

Dentro de uma perspectiva para obter o desenvolvimento de ensino aprendizagem, a docente buscou abordar o assunto sobre o corpo a partir de rodas de conversas e atividades práticas, a fim de diminuir algumas barreiras enraizadas pelo senso comum tanto para as crianças quanto para ela mesma como educadora. Ela relata não ter sido vista com um olhar positivo pelas mães, mesmo assim continuou seu trabalho para chegar ao seu objetivo necessário dentro do tema gênero e sexualidade.

A professora ainda relata sobre a pouca informação de como a maneira que as escolas brasileiras deveriam administrar as aulas associadas à educação sexual, buscando abrigo em conceitos científicos para evitar concepções sociais e culturais da questão central.

Outra observação relatada por Santos e Soares (2011) como professora estagiária, aconteceu em Santo Antônio da Patrulha – RS, onde havia uma turma de dezoito alunos, sendo eles de quatorze meninos e quatro meninas. Ela observou que a sala estava dividida em grupos, onde classificou um grupo como meninos muito agitados e ainda no mesmo grupo como comportamento inadequado, já em outros eram meninos calmos e participativos, bem como, outro grupo de meninas que tinham características satisfatórias para aprendizagem escolar.

Observou-se que a professora responsável agia de forma diferenciada em ligação ao gênero, trazendo para perto de si as meninas próximas a sua mesa e os meninos bagunceiros no fundo da sala, separando as carteiras em duplas de meninas com meninas e meninos com meninos.

Diante disso, Santos e Soares (2011, p. 25) afirmam que:

Segundo os PCNs (1998), dentro dos temas transversais, a questão do gênero em relação a construção do que é pertencer a um ou outro sexo se dá pelo tratamento diferenciado para meninos e meninas, inclusive nas expressões diretamente ligadas à sexualidade, e pelos padrões socialmente estabelecidos de feminino e masculino. Esses padrões são

oriundos das representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos, e transmitidas através da educação, o que atualmente recebe a denominação de “relações de gênero”. Essas representações internalizadas são referências fundamentais para a constituição da identidade do indivíduo.

Perante esses dois relatos, entende-se que as escolas não estão preparadas para a inclusão dos diferentes gêneros, dependendo extremamente da consciência crítica de determinada profissional da área da docência para agir de maneira coerente ou não com sua realidade.

No primeiro relato, percebe-se a preocupação de uma professora em fazer que todos seus alunos entendam e respeitem suas diferenças sem quaisquer preconceitos, diferente do segundo relato, na qual a professora não se preocupa com a inclusão dos alunos, diferenciando os estudantes pelo seu gênero, como se fosse determinante para aprendizagem.

3 A interferência do Estado na educação sexual

A escola sofre grande interferência do Estado diante do assunto educação sexual e gênero, desde o ensino fundamental dos anos iniciais os estudantes já vêm sendo influenciados ao conhecimento de seu corpo e do sexo oposto de maneira científica, dado que, atualmente, o tema sexualidade é enfatizada cada vez mais no ambiente escolar, principalmente em questão da construção da identidade de gênero.

Portanto, o Estado vê como obrigação adequar essa criança a pensar que ela pode se ver e sentir da maneira que desejar sem atribuir uma personalidade de gênero a ela, no entanto, há crianças que não sofrem com essa distinção de sexualidade e gênero, pois se aceitam assim como são, já por outro lado há crianças que sofrem por não se aceitarem ao sexo atribuído ao nascer ou mesmo a personalidade de gênero atribuída pela sociedade.

Todavia, a educação sexual deve ser um papel exercido pela família e também pela escola no sentido de atribuir valores, relacionamento e afetividade. Todos deveriam ter educação sexual, já que sexualidade é uma questão de extrema importância na vida das pessoas, entretanto, o assunto deve ser abordado com o objetivo da prevenção de doenças e gestação não

planejada, bem como, de aprendermos a prática do respeito aqueles que são diferentes de nós.

O Estado sempre teve uma intervenção notória na questão da educação sexual nas escolas, podendo ser explícitas ou implícitas a sociedade, para entendermos melhor Saviani (2010, p.389) citado por Gomes (2017, p.42) mostra o porquê da intervenção do Estado na educação:

Conforme a referida Constituição a União deveria fixar, coordenar e fiscalizar o plano nacional de educação. Para isso previu a criação do Conselho Nacional de Educação que teria como função principal elaborar o plano. Para os educadores contrários ao movimento renovador, que certamente influenciou o entendimento sobre o plano presente na Constituição de 1934, ele era um instrumento para racionalizar o controle político-ideológico exercido pela política educacional. As tensões permaneceram entre 1946 e 1964. Em relação à compreensão do plano o grupo anterior manifestou seu apoio à iniciativa privada e o direito da família de escolher a educação dos filhos, repudiando o monopólio estatal na educação. Já os renovadores ratificaram sua intenção na defesa do nacionalismo desenvolvimentista, onde o Estado é quem deveria planejar o desenvolvimento do país e, portanto, o planejamento educacional (SAVIANI, 2010, p.389).

Assim, Saviani (2010, p.390) ainda citado por Gomes (2017, p.42) continuou em 1961 o debate que preponderou os interesses privatistas, servindo para divulgar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em momento de redemocratização do país. No entanto, não se concretizou o pensamento em questão, havendo diversos entendimentos.

Nesse sentido, Gomes (2017, p. 43) lembra que:

A vitória da proposta do Governo menos comprometido com a questão social revelou como demandas da sociedade civil, dentre elas a defesa de políticas igualitárias de gênero, foram desconsideradas. No Plano da Sociedade Brasileira foram feitas 7 referências a questão de gênero, mais do que no PNE 2001-2010 (6 referências) e no PNE 2014-2024 (4 referências). Isto mostrou também como a questão de gênero seria abordada mais a frente no Plano Nacional de Educação aprovado em 2014.

Porém, no dia 26 de dezembro de 2015 o site IG escreveu uma matéria de perguntas e resposta conduzida por Milena Carvalho no qual dizia que em 2014 a questão de gênero foi sancionada pelo governo atuante da época, justificando que o Estado deixaria de ser laico caso a questão de gênero fosse trabalhada em âmbito escolar, por um pensamento conservador debatiam alguns

deputados que assuntos relativos a gênero era dever aos pais ensinarem e não a escola.

Mais à frente, no dia 06 de abril de 2017 o Jornal a Folha de São Paulo fez uma nota explicando como o Ministério da Educação havia modificado o texto na base nacional curricular, retirando todas as questões que se referiam à identidade de gênero e orientação sexual, “excluíram a referência inicial à necessidade de respeito à “identidade de gênero” e “orientação sexual.” pelo fato de um jornalista ter feito à divulgação da nova versão na qual seria colocado o que deve se ensinado nas escolas brasileiras.

De acordo com o MEC (2017, p. 11) foi escrito o seguinte trecho no documento da base nacional curricular:

A equidade requer que a instituição escolar seja deliberadamente aberta à pluralidade e à diversidade, e que a experiência escolar seja acessível, eficaz e agradável para todos, sem exceção, independentemente de aparência, etnia, religião, sexo, identidade de gênero, orientação sexual ou quaisquer outros atributos, garantindo que todos possam aprender.

Com a modificação do texto, a nova versão aparece como:

A equidade requer que a instituição escolar seja deliberadamente aberta à pluralidade e à diversidade, e que a experiência escolar seja acessível, eficaz e agradável para todos, sem exceção, independentemente de aparência, etnia, religião, sexo ou quaisquer outros atributos, garantindo que todos possam aprender.

No caso do artigo em questão introduzido na base nacional curricular é incontestável que as políticas caracterizadas como educacionais e as demais cabíveis em outras temáticas, não são desenvolvidas de forma neutra, e sim o oposto, é instituída a partir dos interesses de grupos políticos na qual tem o objetivo à disputa do poder (GOMES, 2017).

Gomes (2017) afirma que as políticas públicas relacionadas à educação podem induzir a sociedade a pensar uma concepção de gênero não compreensiva a humanidade, bem como, não comentar o assunto confirma a exclusão da legislação e política educacional brasileira.

A escola por sua vez, como um espaço de formação de cidadania, desenvolvimento intelectual e social se mostram de mãos atadas, tornando-se mais difícil trabalhar a adequação dos comportamentos sociais, ou seja,

deixando a margem os valores de respeito ao próximo e valorização a diversidade na qual estamos inseridos.

Sendo assim, em consequência, as pessoas nas quais não estão enquadradas no padrão de normalidade são vítimas de violências físicas e não físicas em que tem por razão o fato da negligência das políticas públicas em relação à inclusão das concepções de gêneros em âmbito escolar.

De acordo com a revista a aprendizagem em foco foi realizada uma pesquisa pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) solicitada pelo Ministério da Educação em 2009 que mostra:

[...] que em escolas em que havia mais atitudes preconceituosas, o desempenho médio dos alunos (não apenas daqueles que eram alvo dessas práticas) em português e matemática era menor. Outra conclusão é que, em geral, níveis maiores de preconceito numa escola não prejudicam apenas um grupo. Se há preconceito contra alunos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), é maior a probabilidade de no mesmo ambiente haver preconceito também contra negros, pobres, mulheres ou qualquer outra forma de discriminação estudada no levantamento.

Considerações Finais

O entendimento sobre a identidade de gênero como parte da diversidade é um assunto atual, considerado delicado ao se abordar, sobretudo, fundamentado pela falta de informação. Nesse seguimento, constata-se que a escola é o principal ambiente que se desenvolve as primeiras concepções de gêneros, portanto, o questionamento se dá pelas relações de gênero no contexto escolar.

Entende-se que os gêneros são adequados pela cultura que o indivíduo vive, bem como, a identificação do gênero atribuído se dá pelo desenvolvimento do cérebro em formação e por suas relações durante sua vida, assim, o papel da escola tem grande importância na prevenção do preconceito inclusive na questão da saúde pública recorrente das transformações físicas.

Nesse sentido, a presente pesquisa resultou na importância da ação pedagógica em relação ao preconceito, ao tratar das relações de gênero no contexto escolar, a fim de entender melhor como acontecem às concepções de gênero, tal como, a interferência do Estado e o papel fundamental da escola para a conscientização da saúde pública mostrando um novo olhar para futuros

estudos pedagógicos para aceitação das pessoas começando pelo aprendizado dentro do ambiente escolar.

Referências

- BARROS, Victor. **Uma perspectiva liberal sobre identidade de gênero**. 2015. Disponível em: <<http://mercadopopular.org/2015/07/uma-perspectiva-liberal-sobre-identidade-de-genero/>> Acesso em: 04 dez. 2017
- CARVALHO, Marília Pinto de. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero.. **Educação e Pesquisa**. [online]. 2003, vol.29, n.1, pp.185-193. ISSN 1517-9702. < <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022003000100013>.> Acesso em: 7 dez. 2017
- CARVALHO, Mauro. A construção das identidades no espaço escolar. **Revista Reflexão e Ação**, v.20, n1, p.209-227, jan./jun.2012 Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/2161/2521>.> Acesso em: 7 dez. 2017
- CARVALHO, Milena. **Manifestantes a favor da inclusão de gênero ao Plano Municipal de SP, que foi votado em agosto**. 2015. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2015-12-26/exclusao-de-genero-do-plano-nacional-de-educacao-e-retrocesso-diz-educador.html>> Acesso em: 06 dez. 2017
- CANCIAN, Natália. **Ministério tira 'identidade de gênero' e 'orientação sexual' da base curricular**. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/04/1873366-ministerio-tira-identidade-de-genero-e-orientacao-sexual-da-base-curricular.shtml>> Acesso em: 3 dez. 2017
- GOMEZ, Lucas Gabriel Franco. A questão de gênero nos Planos Nacionais de Educação. **Revista Café com Sociologia**, v.6, n.1, p.p.31-52, jan./abr.2017
- JUSTINO, Elisângela, SILVA, Viviane de Almeida; BARROS, Waldilson Duarte Cavalcante de. **Gênero, sexualidade e Educação**: relato de experiência na prática docente. 2016. II Congresso Internacional de Educação Inclusiva. II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva. Novembro. Campina Grande.
- LIMA, Aline. Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola. Galvão **Educação em revista** [online]. 2010, n.36, pp.281-284. ISSN 0104-4060. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602010000100019>. Acesso em: 3 dez. 2017.
- MAIA, Ana Claudia Bortolozzi; NAVARRO, Carolina; MAIA, Ari Fernando. Relações entre gênero e escola no discurso de professoras do ensino fundamental. **Psicologia e Educação**. 2011, n.32, pp. 25-46. ISSN 1414-

6975. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-69752011000100003&script=sci_abstract>. Acesso em: 19 dez. 2017

NATARELLI TRP, Braga IF, Oliveira WA, Silva MAI. O impacto da homofobia na saúde do adolescente. **Escola Anna Nery** v. 19, n.4, pp. 664-670 Out-Dez 2015. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ean/v19n4/1414-8145-ean-19-04-0664.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2017

RABELLO, E.T; PASSOS, J. S. **Vygotsky e o desenvolvimento humano**. Disponível em <[HTTP://www.josesilveira.com](http://www.josesilveira.com)> Acesso em 04 mai. 2018.

REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il.

RIBEIRO, Mônica Dias. Gênero e diversidade sexual na escola: sua relevância como conteúdo estruturante no ensino médio. **Ensino de Sociologia em Debate**, nº. 2, v.1, jul-dez. 2012 < Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/2%20Edicao/MONICA%20%20ORIENT%20%20ANGELA.pdf>> Acesso em: 23 set. 2017

SAADEH, Alexandre. **Exclusivo Web**: especialista explica como lidar com crianças transgêneros. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2016/09/exclusivo-web-especialista-explica-como-lidar-com-criancas-transgeneros.html/>> Acesso em: 23 set. 2017

SANTOS, Aline. SOARES, Adriana. A questão do gênero na sala de aula. Graduada Letras - Licenciatura Plena da Faculdade Cenecista de Osório – FACOS. **Revista Enciclopedia**. 2011. Disponível em: <http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/ensiqlopedia/outubro_2011/pdf/a_que_stao_do_genero_na_sala_de_aula.pdf> acesso em: 19 mai. 2018

SIMONI, Ariela Borges, Discriminação sexual e bullying: causas da evasão do ensino regular. **Universidade Estadual de Maringá**, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de pedagogia. Maringá. 2015. Disponível em: <http://www.dfe.uem.br/TCC-2015/Ariela_Borges_Simoni.pdf> Acesso em: 23 set. 2017.